

A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira

**Caio Bugiato – doutorando em Ciência
Política na Unicamp**

Resumo

Este texto tem como objeto de estudo a política econômica do Estado brasileiro de financiamento às grandes empresas nacionais, executada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A hipótese é que nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) o governo, por meio dos financiamentos do BNDES, ampliou as atividades e protegeu os negócios da burguesia interna brasileira em disputa com o capital financeiro internacional. A política de financiamento do BNDES favoreceu e apoiou a diversificação das participações de tais empresas em vários setores da economia e permitiu a elas, tanto no Brasil quanto no exterior, extrair maiores receitas, aumentar seus ativos e criar mais postos de trabalho, fazendo delas os campeões nacionais. Assim, este texto traz tona a investigação sobre a política de financiamento do BNDES para as empresas brasileiras.

Palavras-chave: BNDES. Governo Lula. Grande burguesia interna.

Introdução

O objeto de estudo desse texto é a política econômica do BNDES de financiamento às grandes empresas nacionais. A hipótese é que nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) o governo, por meio dos financiamentos do BNDES, ampliou as atividades e protegeu os negócios da grande burguesia interna brasileira em disputa com o capital financeiro internacional. Entendemos que política de financiamento do BNDES favoreceu e apoiou a diversificação das participações de tais empresas em vários setores da economia, a reunião de uma grande massa de capitais sob controle delas e o processo de internacionalização de suas atividades. Os financiamentos do BNDES permitiram a essas empresas, tanto no Brasil quanto no exterior, extrair maiores receitas, aumentar seus ativos e criar mais postos de trabalho, fazendo delas grandes grupos empresariais.

Nesta análise trabalhamos com os conceitos de Nicos Poulantzas (1977 e 1978) sobre bloco no poder e burguesia interna. O bloco no poder é a unidade contraditória das frações da classe burguesa em torno de objetivos gerais – referentes à manutenção

das relações sociais capitalistas –, unidade essa que não elimina os objetivos particulares de cada fração. O bloco no poder não é um acordo político explícito, mas uma comunidade de interesses dos proprietários dos meios sociais de produção. Sua unidade é garantida pelo interesse comum às frações de governar direta ou indiretamente o Estado, fazendo com que este atenda suas demandas.

Na articulação do bloco no poder há a tendência à formação de um núcleo hegemônico, composto por uma fração, a fração hegemônica. A hegemonia é conquistada por meio da capacidade de uma fração fazer prevalecer os seus interesses particulares no interior do bloco no poder, ou seja, é a capacidade da fração de obter a prioridade dos benefícios da política econômica do Estado. A política econômica do Estado provoca a constituição das frações e ao mesmo tempo indica a posição delas no interior do bloco.

A fração que nos interessa nesse texto é a grande burguesia interna brasileira. Não se trata da clássica burguesia nacional, aquela fração autóctone da burguesia que, além de possuir base de acumulação própria na formação social, pode em determinadas conjunturas se lançar à luta anti-imperialista e de libertação nacional e de adotar posições que incluem alianças com as classes populares; nem se trata da burguesia compradora, aquela que cumpre o papel de intermediária dos interesses externos no espaço nacional, não tendo base de acumulação própria na formação social. Segundo Poulantzas (1978), a oposição burguesia nacional *versus* burguesia compradora (estrangeira) é insuficiente para caracterizar o bloco no poder. A burguesia interna nos países periféricos ocupa uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional e a burguesia compradora, possui base de acumulação no interior da formação social e também está voltada para o mercado externo e, dependendo da situação, associa-se ou entra em conflito com o capital estrangeiro.

Assim, ressaltamos que na nossa hipótese o Estado brasileiro, sob o governo do Partido dos Trabalhadores, deu mais atenção às demandas da burguesia interna ao promover uma política econômica de crescimento das empresas nacionais e uma política de financiamento de seus investimentos no exterior. A burguesia interna, integrante do bloco no poder, melhorou sua posição no interior desse bloco, hegemônico pelo capital financeiro internacional na década de 1990. Para tanto, a política econômica do BNDES foi fundamental.

O texto está dividido em duas seções. Na primeira recorremos aos estudos de Armando Boito Jr. sobre a burguesia brasileira para entender como uma de suas frações, a grande burguesia interna, forja-se na conjuntura nacional e melhora sua posição no interior do bloco no poder no governo Lula, para que então possamos identificá-la. Percebendo que esse é um processo conta com a participação ativa do BNDES, na seção seguinte abordamos as atividades do BNDES durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) a fim de demonstrar quais são os destinos da sua política econômica: o grande capital predominantemente nacional produtor de commodities e de produtos de baixa/média intensidade tecnológica e intensivos em recursos naturais.

A mobilização da grande burguesia interna brasileira

Estudos sobre a burguesia no Brasil não são uma novidade. Boa parte deles está relacionada às teses do Estado desenvolvimentista do século XX e a investigação sobre a existência ou não de uma burguesia nacional, capaz de levar a cabo um projeto de desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro. Boito Jr. (2007b) afirma que esses estudos – feitos por pesquisadores marxistas ou influenciados pelo marxismo – operavam com o conceito de classe social e, em relação à burguesia, esse conceito era pensado de forma complexa, comportando uma subdivisão dessa classe em frações, cujos interesses específicos produziram efeitos pertinentes no processo político nacional. Conceitos como Estado capitalista, imperialismo, burguesia, desenvolvimento capitalista, entre outros, estiveram presentes nos estudos sobre o Estado formado a partir de 1930, a ideologia nacional-desenvolvimentista, o populismo, a industrialização e fatos marcantes da história política brasileira, como o golpe militar de 1964 e a ditadura que o sucede. Esse tipo de análise, cujo conceito de fundo é a luta de classes, perdeu espaço no Brasil e quase caiu em desuso no meio universitário nas últimas décadas. Conceitos como classe social, fração de classe e Estado de classe desapareceram das pesquisas sobre o chamado empresariado e suas subdivisões (industriais, banqueiros, comerciantes, etc.) no Brasil. Na maioria dos casos estes setores são estudados como grupos que concorrem entre si, como fazem quaisquer outros setores sociais, colocados em condições de igualdade uns frente aos outros, com o objetivo de influenciar a política de Estado – sendo este apresentado como uma arena neutra para a competição entre interesses múltiplos (BOITO JR., 2007b).

O declínio da teoria marxista na universidade brasileira, o reduzido número de pesquisas sobre a burguesia como classe social e a recente onda de internacionalização da economia capitalista (globalização) sugerem que este tipo de análise e seus debates (burguesia e suas frações no processo político) estariam superados. É o que afirmam, no interior do próprio marxismo, as teses sobre a burguesia mundial. Alguns autores (MOGLIOLI, 1998 e ROBINSON, 2007) defendem, em geral, a tese de que a internacionalização do capital – a unificação das economias nacionais em um só sistema de produção global além dos Estados nacionais – teria criado um espaço transnacional de formação de classe, cujas coordenadas já não seriam mais nacionais. As antigas burguesias nacionais se teriam internacionalizado na mesma medida que o circuito das finanças e da produção capitalistas. O capital, livre das barreiras territorial dos Estados devido aos avanços tecnológicos, teria aberto caminho para a formação de uma burguesia mundialmente integrada, uma espécie de classe capitalista transnacional, solapando as fronteiras nacionais como *locus* predominante de formação de classe.

Nós não concordamos com essas teses, de modo que trabalhamos com os conceitos de bloco no poder – unidade contraditória da burguesia organizada como classe dominante –, classe e fração de classe e burguesia interna (explicados anteriormente) e tratamos o empresariado como classe dominante e não como um setor social qualquer, com a finalidade de entender o que ocorre com a burguesia brasileira nas suas relações com o Estado e com o imperialismo durante o governo Lula. Não podemos esquecer que o conceito de bloco no poder opera com dois elementos centrais: por um lado, a unidade contraditória da burguesia, que no seu conjunto está interessada em garantir as condições gerais da reprodução do capitalismo, garantia essa zelada pelo Estado burguês; por outro, o papel que o Estado desempenha na organização da dominação da classe burguesa e na hegemonia de suas frações.

Reiteramos que utilizamos conceito de classe e fração de classe social acordo com a tradição marxista, sobretudo de Poulantzas, que caracteriza as classes e frações como grupos cuja situação é definida pela inserção específica no processo social de produção, inserção essa que gera interesses e condicionantes que constroem a ação dos agentes sociais, e que, dependendo das condições históricas concretas, pode propiciar a reunião desses agentes em coletivos que atuam como forças sociais distintas ou autônomas num determinado processo político nacional. Isso significa que uma classe social não é um dado exclusivamente econômico, não se reduz ao lugar dos

agentes no processo de trabalho, mas sim é, também, uma construção social, fundada nas relações concretas estabelecidas entre os agentes sociais. De forma objetiva, ela se define a partir da posição dos agentes na estrutura econômica, porém só se constitui enquanto classe nos conflitos e no processo de mobilização política, que passa pela capacidade de agregar interesses e construir solidariedades. Em outras palavras, se a estrutura produtiva oferece os contornos objetivos possíveis para sua delimitação, circunscrevendo um campo de lutas e um conjunto provável de interesses comuns, sua concretização depende das práticas efetivas, da mediação de partidos, sindicatos e movimentos sociais, da luta político-ideológica que divide ou unifica, dissolve ou funde, isola ou promove a aliança das classes e frações de classe em luta. Se se considera apenas o nível econômico, objetivo, a classe social só existe enquanto virtualidade (o polêmico conceito de “classe em si”). O processo de constituição das classes numa realidade efetiva não é um percurso linear e progressivo; é marcado por avanços e retrocessos, pela articulação entre condições objetivas e subjetivas. Tal movimento se inscreve num contexto histórico determinado, mas em constante mutação (BOITO et. al., 2008).

Vale enfatizar aqui o conceito de burguesia interna, o qual nos é útil para analisar os destinos da política econômica do BNDES. A ideia por trás do conceito é subsistência no plano nacional de uma fração da classe burguesa que não está desaparecendo com a globalização. Nas formações sociais dependentes como Brasil, essa fração ocuparia uma posição intermediária entre burguesia compradora – extensão dos interesses do imperialismo nos países – e a antiga burguesia nacional – capaz de adotar práticas anti-imperialistas, isto é, possui base de acumulação própria no interior da formação social e pode buscar associar-se ao imperialismo e limitar sua expansão no país, concomitantemente.

De acordo com Boito Jr. (2005), o governo Lula promoveu a ascensão política no interior do bloco no poder dessa fração da burguesia brasileira. Vejamos sua trajetória segundo o autor. Na década de 1990 a política econômica e social do Estado brasileiro conferiu uma nova dinâmica ao capitalismo brasileiro, de modo que podemos falar em um novo modelo político e econômico de desenvolvimento capitalista: o neoliberalismo. O primeiro aspecto que nos permite identificar tal modelo é seu contraste com o modelo anterior, o desenvolvimentista de 1930-1985. No modelo neoliberal o papel do Estado como empresário e provedor de serviços se esvaiu, o ritmo

do crescimento econômico declinou, a prioridade ao crescimento e ao desenvolvimento industrial não estiveram na agenda do governo, ocorreu uma desnacionalização da economia nacional e os direitos sociais e trabalhistas foram reduzidos numa proporção maior do que na ditadura militar. Esses elementos nos permitem detectar qual a fração hegemônica no bloco no poder durante o período neoliberal, ou seja, qual fração foi prioritariamente beneficiada pelo novo modelo (BOITO JR., 2007b).

Dessa forma, consideramos que o modelo neoliberal é formado por cinco grandes pilares: redução dos serviços públicos e direitos sociais (Estado mínimo), desregulamentação do mercado de força de trabalho, privatizações, abertura econômica e desregulamentação financeira (BOITO JR., 1999 e BUGIATO, 2011). Os dois primeiros pilares contemplaram os interesses de toda a burguesia brasileira e do capital internacional aqui investido, podendo ser considerado o fator que garantiu unidade política do bloco no poder em torno do modelo neoliberal. Os demais pilares do modelo dividiram a classe burguesa no plano corporativo dos interesses de fração. As privatizações enfraqueceram o capitalismo de Estado brasileiro, que fora um dos elementos propulsores da industrialização capitalista a partir de 1930. As privatizações atenderam os interesses dos grandes grupos econômicos privados, o grande capital nacional e estrangeiro, industrial e financeiro. A política de privatizações atingiu de modo desigual as diferentes frações da burguesia. Ela aumentou o patrimônio e os lucros do grande capital em detrimento do médio capital, devido às regras estabelecidas pelo Estado brasileiro para o processo de leilões de privatização. Menos de 100 grandes grupos econômicos privados se apoderaram da quase totalidade das empresas estatais contando com, entre outros elementos, financiamentos subsidiados pelo BNDES (BOITO JR., 2007b).

A abertura econômica (comercial e de investimentos) foi ao encontro dos grandes grupos industriais e financeiros internacionais, os quais exigiram a abertura dos mercados de países periféricos para aumentar suas exportações para os mesmos. O modelo neoliberal suprimiu o protecionismo, marca fundamental do modelo desenvolvimentista. A desregulamentação financeira atendeu o interesse do grande capital financeiro nacional e internacional (bancos comerciais e de investimentos, fundos de investimento e de pensão, nacionais e estrangeiros). Estas instituições centralizam o capital dinheiro e o lançam no ciclo da valorização do capital $D - D'$. Em formações sociais dependentes como o Brasil esse capital financeiro funciona

principalmente como capital usurário e predador: capital portador de juros que se valoriza mediante posse dos títulos da dívida pública, fornecimento de empréstimo ao consumidor a altas taxas, compra e venda de ações nas bolsas de valores, etc., sem financiar a produção capitalista (BOITO, 2007b).

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a política econômica do Estado brasileiro foi executada com aspectos que permitiram a valorização do capital financeiro com rapidez e altas taxas de lucro: a desregulamentação financeira assegurou a livre conversão de moedas e a livre aplicação em títulos públicos e bolsas de valores; o câmbio estável permitiu a conversão e reconversão das moedas sem prejuízos; o pagamento da dívida interna e externa com taxa básica de juro real elevada garantiu uma alta remuneração para os títulos públicos, detidos majoritariamente pelo capital financeiro; a liberdade do capital financeiro em cobrar juros altos pelos empréstimos a capitalistas e consumidores (spread); e o ajuste fiscal permitiu o pagamento dos juros da dívida pública, o superávit primário. A consequência dessa correspondência entre o modelo neoliberal e os interesses do capital financeiro é taxa de lucro superior do sistema financeiro frente ao setor produtivo. Em números, entre 1994 e 2003 o lucro dos dez maiores bancos brasileiros cresceu 1.039% (BOITO, 2005).

Estes cinco elementos apontados acima, e outros, da política econômica do Estado brasileiro nos permitem concordar que, no bloco no poder durante os governos de FHC,

[...] o grande capital financeiro nacional e internacional é a fração burguesa hegemônica no modelo neoliberal porque todos os aspectos da política neoliberal – o desmonte do direito do trabalho e social, a privatização, a abertura comercial e a desregulamentação financeira – atendem integralmente aos interesses dessa fração da burguesia. Com exceção do primeiro aspecto, todos os outros contrariam, em maior ou menor medida, os interesses das demais frações integrantes do bloco no poder (BOITO, 2007b, p. 63).

Contudo, a hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional não se exerceu sem resistência. Setores da burguesia brasileira se mobilizaram contra a política econômica neoliberal, não em sua íntegra, mas em relação principalmente à

abertura comercial e a alta taxa de juros (que está ligada à liberdade/desregulamentação do capital financeiro). Entre fatores políticos e econômicos, inclusive que dizem respeito às classes trabalhadoras, essa pressão política encontrou um aliado no governo de Lula. Já dissemos que o governo Lula promoveu a ascensão política no interior do bloco no poder da grande burguesia interna brasileira. Pesquisadores de diferentes correntes teóricas (MATOS, 2010, LUCE, 2007, VALDEZ, 2011, ALMEIDA, 2009) demonstram as mudanças na política econômica de Lula que beneficiaram as grandes empresas de capital predominantemente nacional e que iniciaram ou intensificaram seu processo de internacionalização no século XXI. Elementos da política econômica, que estavam ausentes do governo de FHC, foram colocados em prática no governo Lula, a saber: maior investimento do Estado em infraestrutura, programas de recuperação do salário mínimo e transferência de renda – o que aumenta o consumo –, política externa de apoio às grandes empresas nacionais ou instaladas no Brasil para exportação de capitais e mercadorias e elevação do orçamento do BNDES para financiamento de grandes empresas brasileiras a juros subsidiados ou favorecidos (BOITO JR., 2012a e DALLA COSTA, 2012).

Em relação ao cenário externo, Pinto (2010) aponta que as políticas econômicas expansivas do governo Lula foram beneficiadas por um novo eixo dinâmico da economia mundial. Esta, entre 2003 e 2007, experimentou uma dinâmica de crescimento com taxas de cerca de 4,7%, em médias anuais. Esse ciclo de expansão decorreu dos novos fluxos comerciais e financeiros do novo eixo dinâmico da acumulação capitalista mundial. Eixo este que articula, por um lado, as economias nacionais do sudeste asiático, especialmente a China e, por outro, os Estados Unidos da América, numa relação de complementaridade e competição. Nesse contexto a China se transformou na “locomotiva” de crescimento da economia capitalista mundial, com um PIB crescente de 8% em 2003, 9.1% em 2004, mesmo valor em 2005, 10.2% em 2006, 11.9% em 2007, 9% em 2008, 9.1 em 2009 e 10.3% em 2010 (PINTO, 2010).

Essa conjuntura internacional gerou impactos para a economia latino-americana, na expansão das exportações do continente e na alta dos preços internacionais das principais *commodities* (petróleo, gás, minerais e alimentos) exportadas pela região, além da expansão da liquidez internacional. No caso do Brasil, esses elementos proporcionaram um acelerado crescimento das taxas de exportação e uma melhora nos termos de troca, mitigando ainda os problemas de financiamento externos e de

restrições externas ao crescimento. Carvalho (2009) afirma que existe uma significativa relação entre as exportações brasileiras e as importações chinesas, já que estas últimas também passaram a ter trajetórias bastante relacionadas com a evolução dos preços das *commodities* nos anos 2000.

Mas afinal, quem é essa grande burguesia interna brasileira, cujos interesses são atendidos pelo governo Lula? Numa primeira análise, podemos identificar que esta fração reúne empresas (públicas e privadas) de extração mineral, alimentos, usinas, energia elétrica, comunicações, construção civil, transportes, comércio, serviços, indústrias de baixa e média densidade tecnológica e é composta predominantemente por empresas com participação majoritária de capital nacional, o que não exclui empresas internacionais com plantas no espaço nacional¹. O que unifica setores heterogêneos nessa fração da classe burguesa é a disputa com o capital financeiro internacional no Brasil e no exterior. Para isso, conta com a ação ativa e protetora do Estado brasileiro, com a finalidade de preservar e ampliar suas posições na conjuntura econômica nacional e internacional.

O governo Lula destinou investimentos para a criação e o fortalecimento de grandes grupos econômicos nacionais com, principalmente, participação acionária e programas especiais de crédito. Nesse processo foi fundamental a redefinição do papel do BNDES do banco que financiava as privatizações no governo FHC para um banco de fomento do grande capital predominantemente nacional.

Esse novo papel do BNDES no governo Lula não foi exercido sem atritos na cúpula da burocracia de Estado. O Ministério da Fazenda e o Banco Central, que foram durante o governo FHC os principais centros de poder na definição da política econômica, sofre um processo de esvaziamento de autoridade no governo Lula, o qual por sua vez proporciona uma maior capacidade de determinação dos rumos da política econômica ao MIDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e ao BNDES. O Ministério da Fazenda e o Banco central sofreram duras críticas no início do governo Lula por parte dos dirigentes do BNDES, evidenciando um conflito do bloco no poder brasileiro: o BNDES, agindo com representante da grande burguesia

¹ As montadoras são o principal exemplo de empresas internacionais com plantas em território nacional. Foram beneficiadas pela política econômica do governo Lula pela aprovação de financiamentos do BNDES para modernização e expansão (por vezes com vistas à exportação para América Latina) e pela redução do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI).

interna entra em desacordo com as instituições atreladas aos interesses financeiros. Tal conflito refletiu as disputas das frações burguesas no bloco no poder (BOITO JR., 2005 e 2007b).

Essa conjuntura do bloco no poder no governo Lula teve igualmente reflexos na política externa brasileira. A política externa de um Estado não está desconectada da sua política doméstica, em determinadas conjunturas aquela está vinculada a política econômica do Estado, uma vez que ambas atendem os interesses da fração hegemônica (BUGIATO e HERNANDEZ, 2011). A política externa de Lula foi pautada pelo comércio de mercadorias e serviços e pela internacionalização das grandes empresas brasileiras que em geral lutou por uma nova geografia comercial, avançando em direção a formações sociais de desenvolvimento capitalista mais frágil, como países da América Latina e da África. Se por um lado a política externa é “conquistadora” frente a pequenas e médias economias periféricas, gerando por vezes tensões em comunidade locais, por outro é subordinada ao imperialismo – mantém a posição brasileira na divisão internacional do trabalho – ao mesmo tempo em que estabelece pontos de atritos com as formações sociais dominantes – a luta contra o protecionismo agrícola da Europa e dos Estados Unidos. O governo Lula procurou buscar a posição que cabe ao capitalismo brasileiro na divisão internacional do trabalho: exportador de commodities e investimento externo de indústrias de baixa/média tecnologia. Nesse contexto, o BNDES cumpriu papel relevante na política externa de Lula, auxiliando a expansão internacional do grande capital nacional, tendendo a priorizar os interesses da grande burguesia interna brasileira.

O apoio do Governo Lula, via BNDES, ao expansionismo empresarial brasileiro nos mercados mundiais evidencia a convergência de ações de política econômica e política externa. A atuação internacional de empresas nacionais tem-se apoiado principalmente na prioridade com que o Governo Lula tratou os processos de integração política e econômica na América Latina, em especial no continente sul-americano. A política externa brasileira no Governo Lula foi parte de uma estratégia do governo federal que estava fundamentada na estabilidade econômica, na retomada do papel do Estado na coordenação da agenda neo-desenvolvimentista e na inclusão social e na constituição de um vigoroso mercado de massas (VALDEZ, 2011, p. 69).

Esse novo papel do BNDES se inseriu num processo que expressa as relação de representação política entre o governo Lula e a grande burguesia interna, cuja resultante é o chamado modelo neodesenvolvimentista. Consideramos que o descontentamento da grande burguesia interna brasileiro com parte do modelo neoliberal implicou em mobilizações políticas e ideológicas dessa fração com a finalidade de melhorar sua posição no interior do bloco no poder brasileiro. Para isso, contou com as táticas do Partido dos Trabalhadores – eleitorais e de resgate da intervenção do Estado em favor do desenvolvimento do capitalismo brasileiro –, cujo governo Lula é a expressão de uma trajetória que culmina na formação duma frente política. Frente esta chamada de frente política neodesenvolvimentista por Boito Jr.:

Essa frente é dirigida pela grande burguesia interna brasileira; a) tal frente envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder – baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal; b) a frente entretém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; c) a frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder e d) ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa – essa é a nossa hipótese de trabalho – o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado mas, também, no setor público (BOITO JR., 2012a).

Essa frente política é foi base de sustentação do governo Lula e em contrapartida é contemplada com a reforma do modelo neoliberal (não sua ruptura) em direção a um programa de política econômica e social que tem como objetivo o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com certa distribuição de renda. Esse seria o neodesenvolvimentismo: o desenvolvimentismo possível duma formação social periférica nos marcos do capitalismo neoliberal. Suas características, em comparação ao velho desenvolvimentismo, seriam 1) crescimento econômico mais modesto do que o velho desenvolvimentismo, mas superior ao neoliberalismo, 2) maior importância atribuída ao mercado interno, dado que mantém a abertura econômica neoliberal, 3) promoção da reativação da função agroexportadora do capitalismo brasileiro, aceitando

os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, 4) menor importância à política de desenvolvimento industrial, 5) menos capacidade de distribuição de renda e 6) é dirigido por uma fração burguesa que não possui a capacidade de agir como força social nacionalista e anti-imperialista (BOITO JR., 2012a e BRESSER-PEREIRA, 2012).

Em suma, a grande burguesia interna brasileira, que vinha fazendo críticas moderadas ao neoliberalismo na virada da década de 1990 para os anos 2000 encontrou um instrumento partidário organizador da frente política que sustentou o governo Lula, cuja política economia (e externa) atende seus interesses. O BNDES é parte significativa desse processo. O banco passou a ser no governo Lula um centro de poder com dotação orçamentária muito superior do que dispunha na década anterior e resgatou aspectos do desenvolvimentismo com a finalidade de colocar em marcha o desenvolvimento do capitalismo brasileiro (também) alicerçado em um reduzido número de empresas nacionais, receptoras de vantajosos programas banco. E se considerarmos a política externa de Lula, na qual o BNDES é igualmente peça chave, entendemos que a formação das campeãs nacionais vai ao encontro dos interesses da grande burguesia interna brasileira, tanto nacional quanto internacionalmente.

O BNDES no governo Lula

Ao longo da segunda metade do século XX, o papel do BNDES no capitalismo brasileiro se consolidou por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de mercadorias e serviços. O banco, igualmente, vem atuando no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destinando financiamentos não reembolsáveis a projetos variados que contribuem para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico, segundo a “missão” que a própria instituição se atribui. Missão esta que continua nos anos 2000.

No estudo de Rocha (2013) sobre a recente recomposição do grande capital brasileiro, o autor reflete em suas considerações finais que é

Interessante notar, que o período de maior crescimento dos grupos econômicos é justamente durante o governo do Partido dos Trabalhadores. A chegada ao poder do PT possibilitou concertar o entrelaçamento entre BNDES, empresas estatais, centrais sindicais e grande capital privado; contribuiu ainda

para isto, os efeitos da crise e a compra de alguns ativos pelas instituições públicas. No todo, este processo forneceu alguma capacidade operacionalização dos investimentos públicos, que manteve uma taxa significativa de crescimento durante meados dos anos 2000 – cresceu em média cerca de 12% ao ano entre 2003 e 2010 (ROCHA, 2013).

No século XXI, podemos dizer que o BNDES também se torna um ator internacional. Após ter sido financiador e gestor do processo de privatização de empresas estatais brasileiras na década de 1990, como apontam Alem (1997) e Costa (2011), ao BNDES foram conferidas mais autonomia e agilidade por meio de decreto do então presidente Fernando Henrique Cardoso que aprovou o novo estatuto do banco em 2002. As modificações no estatuto possibilitaram ao banco captar recursos para apoiar o fortalecimento, o crescimento e a internacionalização das empresas brasileiras. A partir de 2003 o presidente Lula continuou com as alterações no estatuto do BNDES. O banco passou à supervisão do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, podendo instalar e manter escritórios, representações ou agências no Brasil e no exterior. Dessa forma o BNDES se tornou o principal instrumento financiador da política de investimento internacional. Dentre as mudanças, destacam-se no novo estatuto os incisos II, III e VI do artigo 9º:

[...] II - financiar a aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País;

III - financiar e fomentar a exportação de produtos e de serviços, inclusive serviços de instalação, compreendidas as despesas realizadas no exterior, associadas à exportação; [...]

VI - contratar estudos técnicos e prestar apoio técnico e financeiro, inclusive não reembolsável, para a estruturação de projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social do País ou sua integração à América Latina. (DECRETO, 2002).

Seja no plano nacional, seja no plano internacional, os desembolsos do BNDES – o total de recursos liberados pelo sistema BNDES (BNDES, BNDESPar e FINAME)

– que em 1995 foram de R\$7 bilhões, atingiram em 2010 R\$ 168 bilhões. A tabela 1 corrobora o interesse de Rocha.

Tabela 1 – Desembolsos do BNDES

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
R\$ bi	7,1	9,7	17,9	21,3	20	23,4	25,7	38,8	35,1	40	47,1	52,3	64,5	92,2	137,4	168,4
% PIB	1,0	1,2	1,9	2,2	1,9	2,0	2,0	2,6	2,1	2,1	2,2	2,2	2,4	3,0	4,3	4,6

Fonte: Lamenza, Pinheiro, Giambiagi, 2011, p. 48

Entre o conjunto de medidas de política econômica do governo Lula, observamos o novo papel do BNDES na formação de poderosas empresas brasileiras em variados ramos da economia. Assistimos entre 2003 e 2010 à formação de: grandes empresas de capital predominantemente nacional, líderes de mercado em seus segmentos, internacionalizadas e com altos índices de receita e patrimônio. A tabela 2 mostra as 20 maiores empresas brasileiras de acordo com seus patrimônio líquido (PL) e receita bruta (RB).

Tabela 2 - Empresas selecionadas por patrimônio líquido e receita bruta (2011)

Empresa	PL em milhões R\$	RB em milhões R\$
Petrobrás	332.224,00	306.234,00
Bradesco	66.208,90	157.749,50
Vale	146.691,00	105.520,00
Eletrobrás	77.202,30	33.061,40
Gerdau	26.519,80	39.820,00
BRFoods	14.109,90	29.360,70
Cemig	11.744,90	22.810,70
Itaú S.A.	71.347,30	139.906,30
Copel	12.069,50	11.911,30
Oi S.A.	21.975,40	43.867,80
CPFL	8.552,50	9.858,10
Camargo Corrêa	10.313,40	20.284,10
Cosan	9.616,40	18.866,00
Embraer	5.848,40	16.272,50
JBS/Friboi	21.599,20	64.238,80
Usiminas	19.014,20	16.104,40
Votorantin	35.619,00	38.929,00
CSN	8.417,20	19.787,30

Oderbrecht	17.986,10	71.009,20
Andrade Gutierrez	7.903,20	25.917,90
Fonte: ROCHA (2013)		

No desempenho destas empresas, destacam-se aquelas cuja principal atividade está pautada pelos negócios com *commodities* agrícolas e minerais. Vale lembrar que, de acordo com o Banco Mundial, os índices de preços para tais commodities cresceram em torno de 155% e 300% respectivamente, favorecendo a expansão das empresas ligadas a essas atividades.

O sistema BNDES possui ativa e expressiva participação nesse quadro. Almeida (2009) apresenta dados sobre a participação do banco (e de capitais públicos em geral) nessas grandes empresas brasileiras (Ver anexo I). Das 20 empresas elencadas por Rocha (2013), com exceção dos bancos, ampla maioria tem participação indireta, por meio de empréstimo, ou direta, por meio de participação acionária, do BNDES. Percebemos que o banco não adota um padrão de controle das empresas em que detêm participações, nem sempre de participação no capital votante. Em muitas companhias o BNDES aparece como simples financiador direto. Seu capital investido aparece de forma pulverizada em muitas empresas, muitas das quais fazem parte de um mesmo grupo.

Contribui igualmente para a formação de algumas grandes empresas nacionais, o movimento de fusão e aquisição (F&A), consolidado algumas trajetórias de diversificação das grandes empresas, através da associação entre capitais e acelerando a oligopolização de determinados setores. Este foi o caso, por exemplo, do surgimento de algumas grandes empresas em setores que passaram por uma intensa reestruturação acionária. Entre 2009 e 2010 o banco esteve envolvido em 64 operações de fusão e aquisição, seis vezes mais que no biênio anterior. Muitas das empresas que protagonizaram fusões tinham o BNDES como sócio. Os financiamentos do BNDES a essas operações foram: R\$6 bilhões a JBS para aquisições no Brasil e no exterior; R\$2,4 bilhões para a Votorantim Celulose adquirir a Aracruz Celulose, resultando a Fibria; cerca de R\$1,5 bilhão para a fusão da Sadia com a Perdigão, criando o grupo Brasil Foods; R\$7,6 bilhões para a operadora de telefonia Oi, controlada pelo grupo La Fonte e pela Andrade Gutierrez, formando a Brasil Telecom-Oi, grande conglomerado na área de telecomunicações; R\$29 bilhões para a Petrobras, rompendo a regra do sistema

financeiro sobre o limite de empréstimo de até R\$13 bilhões para empresas de um mesmo conglomerado. Até então, o banco havia emprestado para Vale havia R\$ 7,3 bilhões, o maior empréstimo já concedido (GARCIA, 2012).

Não são apenas os números que mostram o empenho do BNDES em criar grandes empresas nacionais. Há uma política deliberada de criação de “empresas brasileiras de classe mundial”. Em entrevista ao jornal Valor Econômico em setembro de 2009, Luciano Coutinho, presidente do BNDES, afirma que

Eu diria que o Brasil precisa ter campeãs mundiais. Pelo seu peso, a economia brasileira tem condições inigualáveis de competitividade em algumas cadeias. O país já desenvolveu empresas muito competentes. É natural a sua projeção no espaço global. Mas o Brasil dispõe, relativamente ao seu tamanho e potencial, de poucas empresas de classe mundial. É absolutamente natural que, na expansão dessas empresas, o BNDES, em condições de mercado, possa apoiar essas oportunidades. Obviamente, não há nada de artificial nesse processo, uma vez que ele corresponde ao desenvolvimento de competências inegáveis. Não há aqui um processo artificial de fabricação de empresas. O que há é que empresas que se revelaram altamente competitivas são apoiadas pelo BNDES. Está na política industrial do governo permitir o desenvolvimento de atores globais brasileiros, com escala mundial (ROMERO, 2009).

Contudo, pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (DE NEGRI e SALEMO, 2005, DE NEGRI e ARAUJO, 2006 e DE NEGRI e KUBOTA, 2008) apontam que prevalecem no capitalismo brasileiro empresas produtoras de *commodities* e de produtos de baixa/média intensidade tecnológica e intensivos em recursos naturais. O BNDES, por sua vez, faz parte dessa predominância do padrão atual de especialização regressiva da economia brasileira. Tautz et. al. (2010) afirma que durante o governo Lula os investimentos do BNDES estiveram direcionados a tais empresas. Afirmação com a qual Almeida (2009) concorda e nos mostra os dados abaixo:

Tabela 3 – 10 maiores empréstimos do BNDES para indústria em 2008 (em R\$)

Empresa		Descrição do projeto	Valor R\$
1	Bertin S.A.	Consolidação do plano de internacionalização da Bertin por meio da aquisição de novas empresas, bem como da modernização e ampliação de plantas já existentes e implantação de novas unidades industriais	2.499.929.732
2	JBS S.A.	Investimentos no âmbito da estratégia de internacionalização da empresa	1.109.267.813
3	Marfrig Ltda.	Apoio ao programa de investimentos da empresa mediante subscrição privada de ações pela BNDESPar	700.000.000
4	Independência Participações S.A.	Apoio ao programa de crescimento das atividades da empresa por intermédio da subscrição privada de ações	499.999.979
5	Rio Claro Agroindustrial Ltda.	Implantação de três unidades industriais de processamento de cana-de-açúcar para a produção de álcool e açúcar; cogeração de energia elétrica e formação de lavoura; investimentos ambientais e sociais no âmbito das comunidades localizadas em Nova Alvorada do Sul (MS), Cacu (GO) e Mirante do Paranapanema (SP)	419.513.867
6	Fiat Automóveis	Aumento da capacidade produtiva das linhas de produção de veículos, motores e transmissões; reestruturação das áreas industriais, administrativas e de engenharia na unidade de Betim (MG), bem como apoio a projetos sociais da empresa no âmbito da comunidade	410.884.744
7	Totvs S.A.	Investimentos em fusões e aquisições, pesquisa e desenvolvimento, treinamento e qualidade, marketing e comercialização, infraestrutura, e em estudos e projetos no âmbito do programa para o desenvolvimento da indústria nacional de software e serviços de tecnologia da informação (Prosoft – Empresa)	404.500.000
8	Agroenergia Santo Luzia	Implantação de três unidades industriais de processamento de cana-de-açúcar para a produção de álcool e açúcar; cogeração de energia elétrica e formação de lavoura; investimentos ambientais e sociais no âmbito das comunidades localizadas em Nova Alvorada do Sul (MS), Cacu (GO) e Mirante do Paranapanema (SP)	377.728.867
9	Perdigão	Concessão de limite de crédito para financiar o plano de investimento no período de 2006 a 2009	342.694.800
10	Usina São Fernando Açúcar e Álcool Ltda.	Implantação de usina para produção de açúcar, álcool e energia elétrica no município de Dourados (MS)	338.079.569
Total			7.052.599.569

Fonte: ALMEIDA, 2009.

Tabela 4 – Desembolsos totais do BNDES segundo a intensidade tecnológica das indústrias, 2002-2007 (em R\$ milhões)

	2002		2007	
	R\$ milhões	% do total	R\$ milhões	% do total
Indústrias de alta tecnologia	7.988	33.1	2.412	9.5
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	230	1	271	1.1
Instrumentos médicos de ótica e precisão	25	0.1	67	0.3
Farmoquímica, farmacêutica	161	0.7	595	2.3
Componentes eletrônicos e de informática	251	1	507	2

Aeronáutica e aeroespacial	7.321	30.3	972	3.8
Indústrias de média-alta tecnologia	4.939	20.4	7.752	30.5
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	1.235	5.1	1.883	7.4
Máquinas e equipamentos mecânicos	1.307	5.4	1.716	6.8
Máquinas e equipamentos elétricos	293	1.2	837	3.3
Veículos automotores, reboques e semirreboques	2.054	8.5	3.065	12.1
Equipamentos para ferrovia e material de transporte não elétrico	49	0.2	251	1
Indústrias de média-baixa tecnologia	4.717	19.5	7.481	29.5
Indústrias de baixa-tecnologia	6.513	27	7.75	30.5
Total	24.157	100	25.395	100

Fonte: ALMEIDA, 2009.

De 2002 a 2007, os empréstimos do BNDES para setores de baixa e media tecnologia passou de R\$ 11,2 bilhões para R\$ 15,2 bilhões. Dos dez maiores investimentos no BNDES em 2008, oito foram em setores de baixa tecnologia.

Ao observarmos os dados até aqui, podemos perceber um empenho do BDNES em fortalecer o grande capital. O Banco tem beneficiado as empresas e os setores econômicos já consolidados e aptos a se enquadrar nas linhas de financiamento oferecidas e/ou cumprir as exigências solicitadas no ciclo de aprovação dos projetos. Os desembolsos são distintos em função do porte das empresas. As maiores beneficiadas são as grandes empresas, com 76% dos desembolsos no período (Tabela 4). A presença do BNDES no setor de micro e pequenas empresas é ainda menor se considerarmos que o banco classifica como microempresas os empreendimentos com faturamento anual de até R\$ 2,4 milhões de, enquanto o estatuto da microempresa e a receita federal as classificam com faturamentos de até R\$244 mil e R\$ 120 mil, respectivamente (Tautz et. al., 2010).

Vimos que a política de financiamento do BNDES favorece o grande capital produtor de commodities e de produtos de baixa/média intensidade tecnológica e intensivos em recursos naturais. Um último aspecto da política do banco deve ser ressaltado: o favorecimento do capital nacional. Não encontramos uma política deliberada a favor do capital nacional, mas a lógica de criação e fortalecimento das campeãs nacionais nos leva a crer que há uma discriminação contra o capital estrangeiro, embora não exista lei ou documento que o prove. Pois o BNDES participa

de operações de F&A e operações de internacionalização para garantir a formação de grandes empresas domésticas. Almeida (2009) apresenta uma série de casos em que o BNDES (e outros órgãos da burocracia do Estado), durante o governo Lula, adota procedimentos de incentivos direcionados a grupos nacionais ou restringe investimentos externos diretos. O caso da formação da Oi, fusão das empresas de telecomunicação Brasil Telecom (composta por capital italiano) e Telemar (capital nacional) é emblemático. Esse processo contou com a garantia de empréstimos do BNDES e com a exigência de que o BNDESPar tivesse prioridade na compra do controle da nova empresa, caso os grupos nacionais decidissem vender suas participações no futuro. A Telecom Itália mostrou interesse em aumentar seu capital na nova empresa, mas em 2007 suas participações na Brasil Telecom foram compradas por fundos de pensão nacionais e no ano seguinte as participações do grupo Opportunity, também na Brasil Telecom, foram compradas pelos grupos (nacionais) que controlam Telemar, Le Fonte e Andrade Gutierrez, formando a Oi. Essa operação envolveu um financiamento de R\$2,6 bilhões do BNDES e é um dos casos que “mostra de forma clara que o governo optou por criar uma companhia nacional de grande porte no setor de telecomunicações – não havia a possibilidade de a venda ter acontecido para um grupo estrangeiro” (ALMEIDA, 2009).

Em suma, o fomento público à concentração de capital - tanto em setores de produtos primários de baixo/médio valor agregado quanto naqueles com maior capacidade de inovação - é apresentada como parte da estratégia nacional de desenvolvimento, que visa ao fortalecimento de empresas nacionais com capacidade de competir globalmente. Segundo o presidente do Banco, Luciano Coutinho, “se o BNDES não apoiar as empresas nacionais, quem o fará?” (COUTINHO *apud* GARCIA, 2012, p. 126).

Considerações Finais

Identificamos na conjuntura política nacional a formação de uma fração de classe, a grande burguesia interna brasileira, que reúne proprietários de empresas (públicas e privadas) de extração mineral, alimentos, usinas, energia elétrica, comunicações, construção civil, transportes, comércio, serviços, indústrias de baixa e média densidade tecnológica e é composta predominantemente por empresas com participação majoritária de capital nacional, o que não exclui empresas internacionais

com plantas no espaço nacional. O que unifica setores heterogêneos nessa fração da classe burguesa é a disputa com o capital financeiro internacional no Brasil e no exterior, deixando em segundo plano os conflitos internos à fração. Para isso, conta com a ação ativa e protetora do Estado brasileiro, com a finalidade de preservar e ampliar suas posições na conjuntura nacional e internacional. Sua luta política se dá justamente mediante pressões e influências que pratica sobre o Estado brasileiro, para que este atenda seus interesses econômicos em detrimento de outras classes e frações. Concomitantemente, sua luta ideológica está no convencimento geral da importância da criação/fortalecimento de grandes empresas de capital predominantemente nacional, líderes de mercado em seus segmentos, internacionalizadas e com altos índices de receita e patrimônio. Esta luta carrega a ideia central de relação direta entre o bom desempenho dos negócios dessas empresas e o desenvolvimento nacional global, como se a sociedade brasileira não fosse atravessada pela luta de classes e frações de classe, mas sim fosse um todo homogêneo, o povo-nação, em que o Estado seria o representante da vontade geral.

Nessa conjuntura o BNDES é uma instituição estatal que presta serviços à grande burguesia interna brasileira. Esta, juntamente com o governo, transforma o banco em um órgão capaz de regular aspectos da política econômica do Estado que atendam seus interesses e o torna capaz de regular aspectos da política econômica do Estado que atendam seus interesses. Durante o governo Lula aumenta a capacidade do BNDES em determinar os rumos da política econômica em detrimento do Ministério da Fazenda e o Banco Central, evidenciando um conflito de poder no poder brasileiro: o BNDES, agindo com representante da grande burguesia entra em desacordo com as instituições atreladas aos interesses financeiros.

De um lado, o objetivo geral do BNDES como burocracia de Estado é a sua própria sobrevivência como categoria, o que no Estado burguês está relacionado com a manutenção e o funcionamento das relações sociais capitalistas. De outro, sua luta política passa a ser contra os setores financeiros.

Referências bibliográficas

ALEM, Ana Claudia. BNDES: papel, desempenho e desafios para o futuro. BNDES, 11/1997. Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Textos_para_Discussao/199711_5.html > Último acesso em julho de 2013.

ALMEIDA, Mansueto. Desafios da real política industrial brasileira do século XXI. IPEA – texto para discussão. Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2010/05894a05.pdf>. Último acesso em outubro de 2013.

BOITO JR., Armando. A burguesia no governo Lula. In: Crítica Marxista, n.21. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. A nova burguesia nacional no poder. In: Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. BOITO JR, Armando e GALVÃO, Andreia (orgs.). São Paulo: Alameda, 2012b.

_____. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2012a. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf> . Último acesso em setembro de 2013.

_____. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. In: Revista de Sociologia e Política, n. 28. Curitiba, 2007b.

_____. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Estado, política e classes sociais. São Paulo: Editora Unesp, 2007a.

BOITO, JR. et. al. Projeto temático FAPESP: Política e classes sociais no capitalismo neoliberal (Processo número no 2008/57112-7). São Paulo, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Um novo pacto social para o desenvolvimento?”. Curitiba: palestra proferida no VIII Encontro Empresas, empresário e sociedade, Maio de 2012.

BUGIATO, Caio e HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. Marxismo, Poulantzas e suas contribuições para o campo de Relações Internacionais. In: Revista de Estudos Internacionais, v.2, n.2. Universidade Estadual da Paraíba, 2011.

BUGIATO, Caio. Declínio do Estado-nação? 2011, 103f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). IFCH-Unicamp. Campinas, SP.

CARVALHO, C. A crise internacional desafia o modelo brasileiro de abertura e liberalização. Estudos Avançados, v. 23, p. 111-123, 2009.

COSTA, Karen. Metamorfoses: o papel do BNDES na reordenação da economia brasileira. 2012. 299p. Tese (doutorado) – Unicamp/IFCH: Campinas, SP.

DALLA COSTA, Armando et al. Desenvolvimento e crise na América Latina. Estado, empresas e sociedade. Curitiba: Editora CRV, 2012.

DE NEGRI, F. Padrões tecnológicos e de comércio exterior das firmas brasileiras. In: DE NEGRI, J. A.; SALERNO, M. S. Inovações, padrões tecnológicos em desempenho das firmas industriais brasileiras. Brasília: Ipea, 2005.

DE NEGRI, J. A.; ARAÚJO, B. C. P. O. As empresas brasileiras e o comércio internacional. Brasília: Ipea, 2006.

DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. Políticas de incentivo à inovação tecnológica. Brasília: Ipea, 2008.

DECRETO. Decreto nº 4.418, de 11 de outubro de 2002 aprova o novo Estatuto Social do BNDES.

GARCIA, Ana S. A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo. 2012. 413p. Tese (Doutorado) Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ.

LAMENZA, Guilherme, PINHEIRO, Felipe e GIAMBIAGI, Fabio. A capacidade de desembolso do BNDES durante a década de 2010. Revista do BNDES. Dezembro de 2011.

Disponível em:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3602.pdf . Último acesso em agosto de 2013.

LUCE, Mathias. O subimperialismo revisitado: a política de integração regional do governo Lula. 2007. 136p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto alegre, RS.

MATOS, Angelita Sousa. O expansionismo nos governos Lula e o BNDES. In: Meridiano 47 vol. 11, n. 120, jul.-ago 2010.

MIGLIOLI, Jorge. Globalização: uma nova fase do capitalismo?. In: Crítica Marxista, n. 03. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

PINTO, Eduardo Costa. Bloco no Poder e Governo Lula: grupos econômicos, política econômica e o novo eixo sino-americano. 2012. 307p. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ.

POULANTZAS, Nicos. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ROBINSON, William. Una teoria sobre el capitalismo global. Bogotá D.C.:Ediciones desde abajo, 2007.

ROCHA, Marco Antonio. Grupos Econômicos e Capital Financeiro: Uma História Recente do Grande Capital Brasileiro. 2013. 183p. Tese (doutorado) – UNICAMP/IE: Campinas, SP.

ROMERO, C. Coutinho sugere consolidação do setor siderúrgico. Valor Econômico. São Paulo, 22 de setembro de 2009.

TAUTZ, Carlos; SISTON, Felipe; PINTO, João Roberto Lopes; BADIN, Luciana. In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed.Garamond, 2010.

VALDEZ, Robson. A internacionalização do BNDES no governo Lula. 2011. 131p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul:Porto Alegre, RS.

29 maiores multinacionais brasileiras – 2008

	Empresa	Vendas	Relação com governo	Empréstimos do BNDES para empresas do mesmo grupo
		em US\$ milhões		
1	Petróleo Brasileiro S.A.	92.409,20	Participação direta do BNDESPar em 7,62% do capital	US\$ 642 milhões (2005); R\$ 2,49 bilhões (2007); R\$ 528 milhões (2008); R\$ 25

			bilhões (2009)	
2	Petrobras Distribuidora S.A.	28.888,00	Controlada pela Petrobras, que tem participação do BNDESPar (7,62%)	Ver Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
3	Companhia Vale	15.296,80	Participação direta do BNDESPar em 4,08% do capital e participação dos fundos estatais Previ, Petros, Fundação da Companhia Energética de São Paulo (FunCESP) e Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF) no bloco controlador	R\$ 774,6 milhões (2007); R\$ 7,3 bilhões (2008); Vale Soluções em Energia S.A.: R\$ 93 milhões (2009)
4	Ambev	11.239,30	—	R\$ 319 milhões (2005); R\$ 710 milhões (2009)
5	Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga	9.854,10	Vendida em março de 2007 para Petrobras, Braskem e Grupo Ultra; o BNDES tem participação direta na Braskem e na Petrobras	R\$ 64 milhões (2001); R\$ 45,3 milhões (2005); crédito de R\$ 1,187 bilhão (2008); R\$ 200 milhões (2009)93 milhões (2009)
6	Braskem S.A.	7.161,60	Participação direta do BNDESPar em 5,22% do capital	R\$ 384,6 milhões (2005); R\$ 555 milhões (2009)
7	CSN	6.155,80	Participação direta do BNDES em 3,64% do capital	R\$ 332,8 milhões (2005); R\$ 500 milhões (2006); R\$ 558 milhões (2009);
8	Gerdau Aços Longos S.A.	5.365,00	Participação direta do BNDESPar em 3,5% do capital	R\$ 174,6 milhões (2004); R\$ 26,6 milhões (2004); R\$ 900 milhões (2005); R\$ 345,4 milhões (2006); limite de crédito de R\$ 1,5 bilhão (2009)
9	Usiminas S.A.	5.096,60	A Previ tem 10,4% do capital, o grupo Votorantim, 13%, e grupo Camargo Corrêa, 13%	R\$ 900 milhões (2006); R\$ 493 milhões (2008); R\$ 602 milhões (2009)
10	Sadia S.A.	5.007,20	A Previ tem 7,33% do capital, e a BNDESPar participou da fusão deste grupo com a	R\$ 974 milhões (2005); R\$ 462,5 milhões (2007); Instituto Sadia de Sustentabilidade: R\$ 28, 2 milhões (2008)

			Perdigão em 2009	
11	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	4.852,60	Participação direta da BNDESPar em 11,81% do capital e da União em 53,99% do capital	Hidrelétrica de Simplício (2007); R\$ 1 bilhão; diversos financiamentos diretos e indiretos para obras na área de infraestrutura energética
12	TAM S.A.	4.770,10	—	R\$ 84,9 milhões (2005)
13	Embraer	4.765,30	Participação direta do BNDESPar em 5,05% do capital, da Previ em 14,1%, e da União em 0,3% do capital	US\$ 770 milhões (2003); US\$ 220,8 milhões (2004)
14	Cemig S.A.	4.451,60	O estado de Minas Gerais tem 50,96% do capital	Companhia Transudeste de Transmissão: R\$ 48,4 milhões (2006); Companhia Transirapé de Transmissão: R\$ 44,8 milhões (2006); Hidrelétrica Cachoeirão: R\$ 71,3 milhões (2007); Consórcio Hidrelétrica Santo Antônio: R\$ 6,1 bilhões (2008)
15	Perdigão S.A.	3.776,70	A Previ tem 14,16% do capital; a Petros, 12,04%; e a Fundação Telebrás de Seguridade Social (Sistel), 3,98%; a BNDESPar participou da fusão deste grupo com a Sadia em 2009	R\$ 50,1 milhões (2004); R\$ 170 milhões (2005); R\$ 342,6 milhões (2008)
16	Gerdau Açominas S.A.	3.287,10	Participação indireta da BNDESPar por meio da Gerdau Aços Longos	Ver Gerdau
17	Bertin S.A.	2.691,50	Participação direta do BNDESPar em 26,92% do capital	R\$ 52,6 milhões (2004); R\$ 90 milhões (2004); R\$ 284 milhões (2005); US\$ 9,5 milhões (2006); Usina São Fernando Açúcar e Alcool: 402 milhões (2008)
18	Globo S.A.	2.676,90	—	Globo Cabo: R\$ 284 milhões (2002);
19	JBS S.A.	2.396,40	Participação direta da BNDESPar em 13% do capital	R\$ 1,463 bilhão de participação do BNDESPar na capitalização da empresa (2007)
20	Aracruz S.A./Votorantim Celulose S.A.	2.361,00	Participação direta do BNDESPar em 34,9% do capital da nova empresa (Fibria).	R\$ 218,9 milhões à Votorantim Celulose e Papel S/A (2005); R\$ 23,4 milhões à Votorantim Celulose e Papel S.A. (2006)

21	Votorantim Cimentos S.A.	2.283,70	Pertence ao grupo Votorantim, que é sócio do Banco do Brasil no Banco Votorantim, e conta com participação do BNDES na empresa VCP/Aracruz	Companhia Níquel Tocantins (2004): R\$ 132,2; Companhia Paraibuna de Metais: R\$ 22,8 milhões (2005); Companhia Nitro Química Brasileira: 27,3 milhões (2006); Alellyx S.A. e Canavialis S.A.: R\$ 39,2 milhões (2007); Votorantim Metais Níquel S.A.: R\$ 101,2 milhões (2007); Siderúrgica Barra Mansa: R\$ 539,7 milhões (2008)
22	Odebrecht S.A.	2.166,80	Sócio da Petrobras na Braskem, que tem participação direta da BNDESPar	Rio Claro Agroindustrial: R\$ 419 milhões (2008); Agro Energia Santa Luzia S.A.: R\$ 377 milhões (2008); Usina Conquista do Pontal S.A.: R\$ 355,5 milhões (2009)
23	Suzano S.A.	2.166,80	Empresa do Grupo Suzano. Este grupo é sócio da Petrobras na Rio Polímeros (Riopol), complexopetroquímico do Rio de Janeiro	R\$ 184,7 milhões (2005); R\$ 2,4 bilhões (2006)
24	Copersucar S.A.	2.087,80	—	R\$ 56,4 milhões (2003)
25	Natura S.A.	2.032,10	—	R\$ 15 milhões (2005); US\$ 24 milhões (2006); R\$ 34,7 milhões (2007); Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.: R\$ 63,8 milhões (2009); Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.: R\$ 21,1 milhões (2009); R\$ 19 milhões (2009)
26	Camargo Corrêa S.A.	1.984,60	É, junto com o grupo Queiroz Galvão, o controlador do estaleiro Atlântico Sul, que está construindo navios para a Transpetro/Petrobras do PROMEF	R\$ 14,9 milhões (2005); Consórcio do Centro de Elaboraões, Assessoria e Desenvolvimento de Projetos (CESAP): R\$ 275 milhões (2005); Concessionária do Estacionamento de Congonhas S.A.: R\$ 27,5 milhões (2005); Consórcio Estreito Energia (Ceste): R\$ 2,6 bilhões (2007); Estaleiro Atlântico Sul: R\$ 513 milhões (2007)
27	Transpetro	1.791,20	Ver Petrobras	Ver Petrobras
28	Gerdau Comercial de Aços S.A.	1.776,50	Ver Gerdau	Ver Gerdau
29	Klabin S.A.	1.707,10	Participação direta do BNDESPar em 20,25% do capital	R\$ 195,6 milhões (2004); R\$ 1,74 bilhão (2006)

Fonte: Almeida, 2009.